

FICHA DE META DADOS – CEDIM 2019/2	
Nome da Pasta	Movimentos Culturais
Autor/Instituição	Cúria Diocesana de Nova Iguaçu
Número de Documentos	14
Quantidade e tipo de documentação	Jornais
Dia/ Mês/Ano	27 de novembro de 1995 até 06 de abril de 1996
Formato	A4
Resumo	A documentação reúne informações diversas sobre movimentos culturais como, por exemplo, censura, apresentações teatrais, bem como sobre Dossiê dos Mortos e desaparecidos políticos, encontros de antigos presos políticos. A documentação encontra-se em bom estado de conservação, com as páginas datadas indicando o periódico de publicação.
Palavras-Chave	Movimentos Culturais; Censura; Ditadura Militar
Notas explicativas	Os informativos entre um fragmento e outro dos periódicos são de organização da Cúria. Os periódicos quem compõem a documentação são Jornal do Brasil e O Globo.

1995

CEDIM

1996



CEDIM

The image shows a logo for CEDIM. The word "CEDIM" is written in a bold, grey, sans-serif font. To the right of the text is a colorful geometric design consisting of several overlapping shapes: a red triangle at the top, a green square below it, a blue square to the right, and a yellow triangle at the bottom. The entire logo is overlaid on a faint, light-colored background that appears to be a map or a technical drawing.



COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ
DIOCESE DE NOVA IGUAÇU

Rua Capitão Chaves, 60 - CEP 26.220 Nova Iguaçu - Tels. 767-7677 - 767-2987

CEDIM

Físico faz apelo antinuclear

■ Joseph Rotblat recebe Nobel da Paz e pede que cientistas boicotem projetos atômicos

OSLO — O físico polonês Joseph Rotblat, ganhador do prêmio Nobel da paz de 1995, fez, ontem, um apelo para que os cientistas se recusassem a participar de todos os programas para desenvolvimento de armas nucleares. Em um discurso durante a cerimônia de entrega do prêmio em Oslo, Rotblat, de 87 anos, pediu também que todos os países aderissem ao objetivo de eliminar seus arsenais atômicos nos próximos 10 anos.

Rotblat dividiu o prêmio de US\$ 1,1 milhão com a organização anti-nuclear Pugwash, fundada por ele, Albert Einstein, Linus Pauling e outros pesquisadores em 1957. O físico, que abandonou o projeto de construção da bomba atômica em 1944, é considerado o primeiro ativista anti-nuclear do mundo. Rotblat deixou o Projeto Manhattan tão logo ficou claro que Adolf Hitler não seria capaz de desenvolver a nova arma.

Responsabilidade — O físico atribuiu aos cientistas parte da responsabilidade pela corrida armamentista e pela sobrevivência da mentalidade da guerra fria. “Antes, diziam que a existência das armas nucleares prevenia uma guerra mundial. Agora, dizem que servem para prevenir todo tipo de guerra”, reclamou. “Mas essa é a verdade sobre as armas nucleares: que podem provocar uma guerra de proporções mundiais, diferentes das anteriores, porque destruiria toda a civilização.”

Para Rotblat, a ciência tem o dever de rejeitar todos os programas apocalípti-

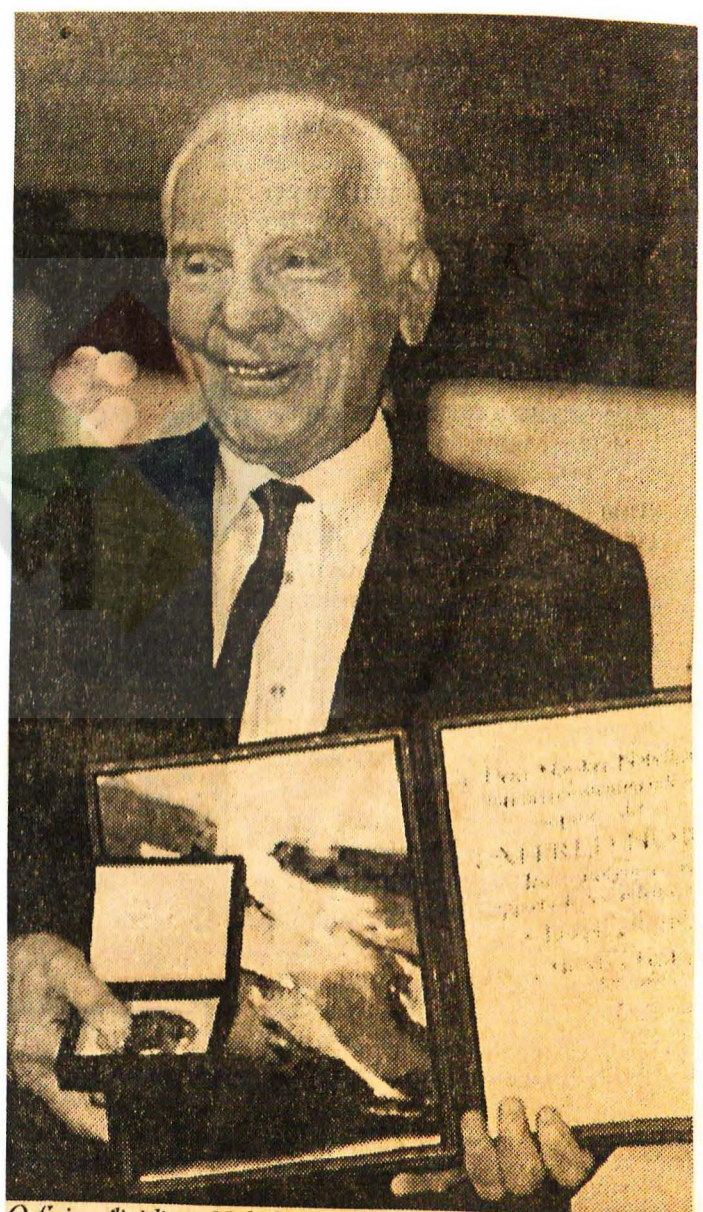
cos. “Se os cientistas atendessem a esse chamado, não haveria novas armas nucleares, nem cientistas franceses em Mururoa, nem novos venenos químicos e biológicos”, disse.

Aos governantes de países detentores de poderio nuclear, Rotblat pediu que “relembrem seu dever junto à humanidade”. “Acima de tudo, peço que tenham em mente a ameaça constante que as armas atômicas representam e comecem a tomar iniciativas para eliminá-las.”

Ele reconheceu que a energia nuclear tinha um enorme potencial benéfico quando descoberta. “Mas a primeira informação que o público em geral teve sobre isso foi a notícia da destruição de Hiroxima por uma bomba atômica. Um esplêndido avanço científico havia se tornado maléfico. A ciência se identificou com a morte e a destruição”, lembrou.

Cerca de duas mil pessoas assistiram à entrega do prêmio na prefeitura de Oslo. A escolha de Joseph Rotblat, anunciada em outubro, foi, em parte, uma mensagem política contra os testes nucleares da França no atol de Mururoa, no Pacífico Sul.

Homenagem — À noite, mil pessoas enfrentaram a neve para participar de uma passeata em homenagem ao físico pacifista e à organização Pugwash. Com tochas nas mãos, os manifestantes percorreram ruas do centro de Oslo. Rotblat veio até a sacada do hotel onde ocorria o jantar pela entrega do prêmio para saudar a multidão.



O físico dividiu o Nobel com a fundação pacifista Pugwash

Mov. Cultural

INFORME JB

■ LUCIANA CONTI

WB. 11-12-95 D.H. Lima

Mais uma vez a chaga da repressão política no Brasil pós-1964 será aberta.

Desta vez com as biografias de 185 mortos no país e 8 no exterior, 139 desaparecidos no Brasil e 13 no exterior e 14 vítimas de acidentes fatais durante a militância.

Os 359 nomes serão apresentados no *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos, a partir de 1964*, que será lançado quarta-feira, em Brasília.

O trabalho leva a assinatura da Comissão dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos, do Grupo Tortura Nunca Mais e da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados.

As 438 páginas do livro são o resultado de 25 anos de investigações das famílias das vítimas da repressão ansiosas em saber onde, por quê e como seus parentes morreram.

Dom Paulo Evaristo Arns resume no prefácio de duas páginas o drama destas famílias em sua luta pela verdade:

“Este é um livro de dor. É um memorial de melancolias. Um livro que fere e machuca mentes e corações. Um livro para fazer pensar e fazer mudar o que deve ainda ser mudado e pensado em favor da vida e da verdade”, prega o cardeal.





Na porta do restaurante, alguns dos 70 presos políticos de 1971 reproduziram a foto da época, diante do Boeing que os levaria para a liberdade

Banidos festejam bodas de prata

■ Há 25 anos, eles embarcavam para o Chile, em troca de um embaixador seqüestrado

DANIELA SCHUBNEL

“Tá faltando quem?”, perguntaram os fotógrafos. “Ora, tá faltando o avião!”, respondeu a advogada Sônia Yessim Ramos, 48 anos, uma das ex-militantes do antigo MR-8, que na noite de sábado foi festejar as bodas de prata do último banimento político do regime militar. Naquele momento — 0h20 de ontem —, 20 dos 70 presos políticos trocados em janeiro de 1971 pelo embaixador suíço Giovanni Bucher — seqüestrado pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) — posavam para uma foto, não mais no aeroporto, mas em frente ao Café Lamas, no Flamengo.

Vinte e cinco anos e muitos continentes depois, estes remanescentes dos anos de chumbo sorriam felizes, como se estivessem comemorando um aniversário de formatura. Os

fotógrafos queriam reproduzir a clássica foto de despedida dos banidos, no antigo Galeão, à frente do Boeing da Varig, que os levou para o Chile. “Ou bota o avião ou então bota dois camburões aí atrás”, a brincadeira continuava na voz do escritor e artista plástico Reinaldo Guarany, o Guará, de 50 anos.

Aos que posaram para a foto — dentro do restaurante ficaram uns poucos preguiçosos, além de familiares e agregados, somando cerca de 40 presentes ao encontro —, somou-se um filho do exílio, o biólogo Juarez Pezzuti, 23 anos, nascido no Chile. Formado pela Universidade de Campinas e trabalhando em Manaus, Juarez estava ali por um “acidente de percurso”, devido às férias. “Achei importante estarmos aqui hoje”, disse ele, que é neto da guerrilheira Carmela Pezzuti e filho dos militantes Maria do Car-

mo Brito e Ângelo Pezzuti, este último morto no exílio.

Juarez fez questão de levar seu padasto, o jornalista Chizuo Ozawa, 50, mais conhecido como Mário Japa e um dos cinco banidos em troca do cônsul japonês Nobuo Okushi. Ele pertenceu ao pequeno Comando de Libertação Nacional (Colina), que depois se juntou à VPR. “Éramos um pequeno grupo, cujas ações repercutiam. Fomos precursores do marketing que os publicitários fazem hoje”, brincou Japa.

A nostalgia do encontro foi capaz de trazer do Espírito Santo o casal de ex-militantes da VAR-Palmares Afonso Junqueira de Alvarenga e Mara, acompanhados de dois dos seis filhos, que foram encontrados no exílio em março de 71. O casal, que hoje mora em An-

chieta (ES), reviu emocionado, após 25 anos, um amigo forçado, o ex-líder do restaurante Calabouço, Elinor Brito, 55 anos. “Nós ficamos amigos porque os policiais me separaram de minha mulher e me colocaram ao lado do Brito, durante a viagem”, contou Afonso.

Quem via o grupo alegre reunido nos fundos do Lamas talvez sentisse a força de cada um por trás dos sorrisos. Afinal, para estar ali, foi preciso driblar a morte. “É bom, é afetivo, mas há uma sombra sobre isso tudo, pois não conseguimos mudar o mundo. Podemos não ter feito uma revolução social, mas certamente fizemos uma revolução interior. Mas não somos coitadinhos, somos revolucionários”, definiu a advogada Sônia, que penou 10 anos, após a anistia, para reaver seu emprego no Banco Central.

Teatro atrai multidão no Centro

■ Ingresso barato leva milhares ao Carlos Gomes

Contrariando a máxima de que o povo não vai ao teatro, centenas de cariocas se espremeram ontem de manhã em frente ao Teatro Carlos Gomes. Tudo para conseguir um ingresso do espetáculo *Torre de Babel*, de Arrabal, que encerrava sua temporada popular no Rio. O ingresso de apenas R\$ 5 para uma montagem de Gabriel Villela com Marieta Severo no elenco fez com que uma multidão ávida por cultura se formasse na calçada do teatro. Aproveitando-se da confusão, cambistas cobravam o dobro e até o triplo do preço original.

Até Eduardo Sandroni, diretor do Carlos Gomes, se surpreendeu com tanta demanda para o horário morno de 12h30 e 14h30. Ao mesmo tempo em que se desdobrava para contornar a insatisfação geral, não conseguia escon-

der sua alegria em lotar a casa numa sexta-feira, na hora do almoço. A secretária municipal de Cultura, Helena Severo, comemorou: "No meio desse enredo de crise, e de ouvir dizer que a população não gosta de teatro, é impressionante!

Além disso trata-se de um texto sofisticado. Não é uma comédia qualquer", argumentou.

Mais de 50 pessoas ficaram de fora, revoltadas por não terem conseguido comprar ingressos. A indignação era geral porque a bi-

lheteria estava fechada e só restava a opção dos preços extorsivos dos cambistas — que nem assim eram iguais ao que são cobrados nos teatros do Rio durante os finais de semana. "É uma esculhambação. Não é possível que não tenham idéia da quantidade de pessoas interessadas no espetáculo", protestava a professora Patrícia dos Santos, 22 anos, que nem aproveitou a folga que tirou junto com a colega Mônica da Silva Santos, 21 anos.

A direção do teatro pensa em adotar um sistema de roletas na entrada do teatro: as pessoas pagam na hora de entrar para evitar a ação dos cambistas. "Isso tem acontecido em temporadas de sucesso como *Velox*, balé de Deborah Colker, mas não imaginávamos que fosse se repetir hoje (ontem)", admirou-se. Já na sessão de 12h30 de quinta-feira, a procura foi tão grande que Sandroni preferiu quebrar a norma da casa de só vender ingressos no dia do espetáculo.

Itapeccerica da Serra, SP — Helvio Romero



Felizes com o reencontro, os ex-militantes do movimento posaram para fotos e cantaram Vandrê

A emoção dos ex-militantes

■ Festa da AP tem confraternização de nomes e codinomes

JOSÉ MARIA MAYRINK

ITAPECERICA DA SERRA, SP — Sem medo de serem felizes, 300 ex-militantes da Ação Popular (AP) — grupo estudantil de orientação católica dos tempos do regime militar — posaram para fotos, deram gargalhadas e dançaram ontem ao som de nostálgicos sucessos dos anos 60, num churrasco de confraternização para lembrar os 35 anos de fundação do movimento. O reencontro, que teve também momentos de emoção e lágrimas, foi na Pousada Colina Verde, um sítio ecológico de Itapeperica da Serra, a 26 quilômetros da capital.

Até o começo da tarde, esperava-se que algum dos cinco ministros que integraram a Ação Popular — Sérgio Motta (Comunicações), José Serra (Planejamento) Paulo Paiva (Trabalho), Paulo Renato Souza (Educação) e Clóvis Carvalho (Casa Civil) — aparecesse para rever antigos companheiros, mas nenhum deles foi à festa. “Hoje é aniversário do *Serjão*”, justificaram os organizadores, enquanto Tadeu Afonso, assessor de imprensa da Presidência, informava que Paulo Paiva estava em Nova Iorque.

Na chegada, cada convidado dava seu nome e codinome para refrescar uma memória perdida 20, 25 e até 35 anos atrás. Foi conferindo os crachás que o lavrador Manoel Conceição identificou o professor Dácio Caron, dono do passaporte falsificado que lhe permitiu fugir em 1969 para a França. Os dois, que não se conheciam até ontem, abraçaram-se emocionados. Manoel da Conceição contou como perdeu uma perna numa das muitas torturas sofridas em suas nove prisões e Caron lembrou que, por causa do passaporte, também acabou sendo preso. Atualmente, Manoel da Conceição trabalha com sindicatos rurais do Maranhão e Dácio Caron é professor da Universidade de São Paulo (USP) em Piracicaba (SP).

Não era para haver discursos, mas os velhos dirigentes não se contiveram quando o microfone interrompeu a música para algumas “questões de ordem”. Um deles leu uma carta do padre Henrique Vaz, o assistente dos militantes da Juventude Universitária Católica (JUC) que fundaram a AP, desculpando-se por não ter podido participar do encontro. Outro transmitiu um abraço do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, um dos fundadores do movimento, que também não teve condições de

comparecer. “Não vamos citar mais nomes, porque muitos companheiros ficaram pelo caminho”, avisou o ex-metalúrgico Carlos Gilberto Pereira, o Carlão.

Flora Abreu, agora militante do grupo Tortura Nunca Mais, porém, aproveitou a dica para lembrar os mortos e desaparecidos da AP. Enquanto ela enumerava 12 nomes, os ex-militantes iam gritando “presente”, com a voz embargada de emoção. Muitos homens e mulheres que um dia lutaram na clandestinidade e foram torturados na prisão choraram sem constrangimento. Quando acabaram as homenagens, as estrofes de *Para não dizer que não falei de flores*, a canção-hino de Geraldo Vandré, devolveu à reunião o clima festivo.

Dos fundadores de 1962 aos *afundadores* que apagaram as luzes da AP em 1979, todos sorriam e se abraçavam divertidos, lembrando os tempos em que não seria possível imaginar reuniões como a de ontem. O arquiteto Sérgio Seixas lamentou que o ministro Sérgio Motta e o secretário estadual do Trabalho de São Paulo, Walter Barelli, não tivessem comparecido. “Eles me expulsaram em 1965, quando a AP optou pela linha marxista e eu resisti, porque era presidente da JUC”, lembrou Seixas.

Liminar desequilibra a Justiça

Abusos na concessão do instrumento, proibindo livros e músicas, fazem voltar ao debate a liberdade de expressão no país

• Criado para conter com rapidez medidas abusivas e garantir os direitos dos cidadãos, o uso de liminares também pode desequilibrar a balança da Justiça. E, por isso, causa polêmica. Recorrendo a esse instrumento legal, as 11 filhas de Garrincha conseguiram retirar das livrarias a biografia "Estrela Solitária — Um brasileiro chamado Garrincha". Foi também graças à concessão de uma liminar que a banda Paralamas do Sucesso não pode interpretar, em junho do ano passado, a música "Luiz Inácio (Os 300 picaretas)" num show em Brasília. Hoje, o processo foi arquivado e o grupo vendeu mais de 300 mil discos.

Controle externo do Judiciário poderia ajudar a limitar abusos

Advogado da banda na época — quando o procurador da Câmara, Bonifácio Andrada (PTB-MG) acusou a música de ofensiva à honra do Congresso — Tércio Lins e Silva diz que a liminar é um instrumento da democracia. Só lamenta que muitos ainda não saibam usá-lo. E defende o controle externo do Judiciário para punir seu uso abusivo.

— O juiz que exorbita no direito tem que ser controlado e punido — defende.

Enquanto o "amadurecimento do exercício democrático" não chega, Ruy Castro, autor da biografia de Garrincha, continua se sentindo vítima de uma liminar.

— A apreensão me parece uma violência enquanto a Justiça não determinar se o livro atacou ou não a honra de Garrincha. Uma medida acessória está se sobrepondo ao mérito essencial da questão — lamenta.

Líderes do besteirol musical, o grupo Mamonás Assassinas também vive às voltas com ações na



Os roqueiros Bi Ribeiro, João Barone e Herbert Viana protestam contra a censura da música "Luiz Inácio (Os 300 picaretas)" posando com uma tesoura gigante

Justiça contra suas criações. Na semana passada, a Justiça de Conselheiro Lafayette, em Minas, proibiu a execução do "Vira" nas rádios da cidade. Na prática, porém, só as rádios locais e os serviços de auto-falante obedecem à censura. Os sinais de TV que chegam a Conselheiro Lafayette são provenientes de Belo Horizonte e, portanto, não há como impedir a transmissão, por exemplo, de um show dos Mamonas.

Escaldado por liminares que tiraram das livrarias três livros de sua editora, a Geração Editorial,

Luiz Fernando Emediato acredita que já é hora de a sociedade civil acordar para o que chama de "censura travestida de legalidade". Segundo Emediato, os juizes brasileiros estão confundindo os preceitos constitucionais ao proibirem obras antes mesmo de elas chegarem a ser veiculadas. Foi o caso, por exemplo, do livro "Nos bastidores do Reino", do ex-pastor Mário Justino sobre a Igreja Universal do Reino de Deus.

Comparando sua atuação como juiz do Tribunal de Futebol — em que só concede liminar em ca-

sos de risco — o jurista Evaristo de Moraes Filho recomenda cuidado quando a liberdade de expressão ("uma garantia constitucional") estiver ameaçada. E também defende mecanismos para punir abusos de juizes.

— É claro que existem abusos e até erros grosseiros de juizes. Nesses casos, os juizes devem ser responsabilizados — propõe.

Nem mesmo o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Sepúlveda Pertence, tem conhecimento de outro país em que decisões provisórias, as cha-

madas liminares, sejam tão rotineiras e tenham tanto peso.

— Indiscutivelmente no Brasil as liminares ganharam um vulto extraordinário. Desconheço um outro país que as tenha levado às mesmas dimensões — disse.

Pertence não defende nem critica o uso de liminares pela Justiça. Encara as decisões provisórias como uma espécie de mal necessário. Acredita que a solução de questões através de liminares é consequência da estrutura do Judiciário brasileiro, que ele próprio já classificou como falida.

— A liminar é uma forma de o juiz ficar em paz com sua consciência — afirmou.

Não raras as vezes a liminar acaba substituindo a decisão definitiva. São tantas as formalidades jurídicas a serem seguidas para o julgamento do mérito que, freqüentemente, o assunto já se esgotou quando os juizes voltam ao processo. No Supremo, por exemplo, dificilmente há julgamento de méritos de ação direta de inconstitucionalidade. Uma estatística, admite Pertence, colocaria o tribunal em uma situação muito pouco favorável.

Proibição faz aumentar o interesse do público

Censuradas por motivos diferentes, essas obras acabam com algo em comum: o fascínio que exercem sobre o público depois de barradas pela Justiça. Que o diga Glória Perez, autora de "Explode Coração", que viu a novela aumentar os índices de audiência nos capítulos em que a cigana Dara perdeu a virgindade — exibidos após uma luta judicial.

No Supremo, ministros rejeitam a censura prévia, ressaltando que a Constituição garante a livre manifestação de pensamento e da atividade artística.

— Não se pode amordaçar a expressão de pensamento e de crítica. Essa garantia é essencial ao estado democrático de direito. Trata-se de uma intervenção esterelizante que afeta o exercício de uma liberdade básica: o direito de crítica — ressaltou o ministro Celso de Mello, num debate no plenário do STF em 1991. ■

(colaboraram Catia Seabra, do Rio, Ana Paula Macedo, de Brasília, Daniel Hessel Teich, de São Paulo, e Renato Scapolatempore, de Minas Gerais)

TV Pinel: essa estação é uma saudável loucura



Jorge William

CLÓVIS LEAL BRAGA DE MELO: 'Trabalho com pessoas que compreendem um desvio de comportamento'

Flávio Lino

• Uma idéia na câmera, uma cabeça na mão. Desde quinta-feira passada, os pacientes e funcionários do Instituto Philippe Pinel, na Praia Vermelha, estarão antenados numa programação que vai ser uma loucura: a TV Pinel. Projeto do núcleo de vídeo do hospital, a TV Pinel entra no ar como suporte terapêutico para o tratamento dos pacientes não internos, que participam de quase todas as atividades ligadas à produção do programa mensal de meia hora de duração. São eles que elaboram as pautas, escrevem os textos, fazem as vinhetas e as entrevistas, apresentam o telejornal e atuam nos esquetes. A TV Pinel também está aberta à participação dos funcionários.

A idéia de fazer um programa para veiculação interna no hospital começou a tomar forma em abril do ano passado, quando o Cais — Núcleo de Atenção Psicossocial do Pinel, onde o paciente é atendido sem ser mantido internado — fez o primeiro de uma série de vídeos institucionais e educativos sobre suas atividades. Em setembro, o hospital ganhou um núcleo de vídeo, dotado de uma câmera e uma ilha de edição, e a TV saiu do papel, com a assessoria de uma ONG, o Centro de Criação de Imagem Popular.

— Desde 1990 estamos fazendo uma série de modificações para evitarmos internações através de um atendimento mais aberto. A TV Pinel faz parte deste processo — explica a psicóloga Doralice Araújo, coordenadora do núcleo

de vídeo do instituto. Para dois pacientes do Cais, a TV Pinel significa algo mais que reforço terapêutico: após fazerem um curso de vídeo junto com funcionários do hospital, eles foram contratados como assistentes de produção.

— A experiência está sendo magnífica porque tenho liberdade para criar e trabalho com pessoas que compreendem um desvio de comportamento, sem pressão — diz o ex-datilógrafo Clóvis Leal Braga de Melo, que há cinco anos não trabalhava.

A TV Pinel, embora seja de veiculação interna, uma vez por mês terá seus 15 minutos de glória no Canal da Saúde, programação via parabólica do Ministério da Saúde que é transmitida para postos de saúde de todo o Brasil. ■

Lembranças da guerrilha numa mesa do bar

Presos políticos banidos em 1971 em troca de embaixador reúnem-se no Rio e se divertem com fotografias da época

Irany Tereza

• Entrincheirados nas mesas do fundo do Restaurante Café Lamas, no Flamengo, eles nem de longe lembravam os guerrilheiros de 25 anos atrás. Parecia mais o reencontro de uma turma de formando a reunião, sábado, de parte dos 70 presos políticos libertados, em 13 de janeiro de 1971, em troca do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, o último dos quatro diplomatas sequestrados pela guerrilha que combatia o regime militar. A imagem não estava tão fora da realidade: a maioria ainda não havia concluído os estudos quando aderiu à luta armada. Hoje senhores e senhoras, eles se divertiam olhando fotos da época e tentando reconhecer, nos rostos jovens, magros e cabeludos, o que foram nos anos da repressão.

O grupo dos 70 que embarcou num avião da FAB rumo ao Chile naquele distante 1971 não era formado por líderes do movimento de esquerda. Guerrilheiros envolvidos no comando das ações e que também foram presos já ha-

viam deixado o país em levadas anteriores, trocados por um embaixador americano (15 presos), um cônsul japonês (cinco), e um embaixador alemão (40). Foi o caso de Shizuo Osawa, o Mário Japa, que conhecia em detalhes uma das áreas de treinamento. Foi por causa de sua prisão que Carlos Lamarca chefiou pessoalmente o sequestro do cônsul japonês e negociou a troca pelos cinco presos. Mário Japa, hoje com 50 anos e correspondente de um jornal estrangeiro, também foi ao Lamas rever os amigos:

— Havia organizações clandestinas, como o Colina (Comando de Libertação Nacional), que não tinham mais do que meia dúzia de integrantes. Mas descobrimos que a propaganda era capaz de nos dar mais força. Fomos uma espécie de precursores do marketing — brinca o ex-exilado, que era da direção da VPR (Vanguarda Popular Revo-

lucionária), de Lamarca.

Entre abraços e tapinhas nas costas, eles foram se agrupando. Dos 70, 15 morreram — cinco ao tentar voltar clandestinamente



OS EX-GUERRILHEIROS cinquentões na porta do tradicional Café Lamas, no Flamengo

ao país — e sete não retornaram ao Brasil nem depois da anistia, em 1979. Dos 48 restantes, 25 foram à reunião.

— Um brinde aos 15 que não

estão aqui porque foram mortos pela ditadura — bradou a publicitária Vera Rocha, 44 anos, erguendo a tulipa de chope.

Vera — ou Tatiana, codinome que usava no PCBR — casou-se no exílio com Bruno Dauster, também ex-guerrilheiro, e hoje o casal mora na Bahia, com os filhos Brenon, de 19 anos, que nasceu na França, e Victor, de 10. Ela foi descoberta pela polícia num "aparelho" em Recife, com Nancy Mangabeira Unger e Francisco de Assis, ficou seis meses presa no Dops, foi torturada e depois fez parte do grupo dos 70.

— Foi um longo e desgastado processo de negociação esse dos 70 — lembra o jornalista Cid Benjamin, que fez parte dos 40 trocados pelo embaixador

alemão — A guerrilha definhava e os militares vetaram vários nomes das listas originais, por considerá-los de alta periculosidade. Houve muitas substituições.

Pitando um inseparávelachimbo, hábito adquirido no exílio, Jean Marc Van der Weid, ex-dirigente da UNE e um dos organizadores do encontro, circulava entre os amigos, posando para fotos. Beneficiado com dupla nacionalidade, dono de um passaporte suíço, ele foi um dos exilados que circulou com maior facilidade pela Europa, para onde foi a maioria, depois do golpe que depôs o presidente chileno Salvador Allende. Preso, torturado, banido e anistiado, Jean Marc lembra que jamais pegou numa arma, mas diz que todos apanharam muito.

Em Brasília, a Comissão Especial dos Desaparecidos Políticos vai analisar esta semana, em sua primeira reunião de trabalho, sete casos de presos políticos mortos durante o regime militar. José Carlos da Matta Machado, Eduardo Leite (Bacuri), Joaquim Seixas, Carlos Nicolau Danielli, José Júlio Araújo, José Manoel da Silva e Alexandre Vanucchi Leme poderão ser os primeiros mortos em dependências militares a serem acrescentados à lista oficial das indenizações, que tem 136 nomes. ■

Livro revela os autores de atentados a bomba no Rio

folha 2 // 1603-96 verso

- O livro "A direita explosiva no Brasil" revela que os autores dos atentados a bomba no Rio-centro, em 1981, e de mais 31 atos terroristas nas décadas de 60 a 80, foram militares e civis organizados no "Grupo Secreto". O livro se baseia no relato do coronel Alberto Fortunato, que participou das ações.

